

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Carla Guimarães Silva Santos

**“Ciclos de poder e lucro: corporações transnacionais, elites políticas e religiosas e a
superexploração do Brasil”**

UBERLÂNDIA

2026

Carla Guimarães Silva Santos

“Ciclos de poder e lucro: corporações transnacionais, elites políticas e religiosas e a superexploração do Brasil”

**Trabalho de conclusão de curso
apresentada ao instituto de Ciências
Sociais da Universidade Federal De
Uberlândia, como requisito parcial para a
obtenção da graduação de licenciatura em
Ciências Sociais, sob a
orientação do Prof. Dr. Moacir de Freitas
Júnior.**

Uberlândia

2026

Carla Guimarães Silva Santos

“Ciclos de poder e lucro: corporações transnacionais, elites políticas e religiosas e a superexploração do Brasil”

**O presente Trabalho de
Conclusão de Curso ao Instituto de Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciatura em Ciências
Sociais.**

Data de aprovação: 24 de março de 2026

Banca examinadora:

**Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior– Presidente, Universidade Federal de
Uberlândia**

**Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa, Membro de Comissão Universidade
Federal de Uberlândia**

**Profa. Dra. Natalia Scartezini Rodrigues, Membro de Comissão, – Universidade
Federal de Uberlândia**

Resumo

O presente trabalho é um ensaio que busca analisar como a articulação entre o capital financeiro global, as elites políticas e as lideranças evangélicas reconfigurou a dependência estrutural do Brasil, instaurando um regime de "impunidade financeirizada" em que crimes socioambientais e fraudes corporativas são tratados como custos operacionais. Busca-se reconstruir historicamente tal subordinação, desde a influência dos EUA na Ditadura de 1964 até o impeachment de 2016 e a Lava Jato, com impactos na Petrobras. Casos como o desastre da Vale (Mariana e Brumadinho), Lojas Americanas e Eletrobrás ilustram como a lógica de maximização de dividendos intensifica exploração, desigualdade e perda de soberania. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e exame de material audiovisual. Como resultados, conclui-se que o Brasil vive uma "modernização da dependência", marcada por fluxos financeiros, endividamento e captura institucional — não por ocupação militar. A análise reforça a necessidade de regulação do sistema financeiro e reconstrução da capacidade estatal para enfrentar as desigualdades estruturais.

Palavras-Chave: Teoria da Dependência, Bancada Evangélica, Financeirização, Superexploração, Captura do Estado.

Abstract

This paper is an essay that seeks to analyze how the articulation between global financial capital, political elites, and evangelical leadership has reconfigured Brazil's structural dependence, establishing a regime of "financialized impunity" in which socio-environmental crimes and corporate fraud are treated as operational costs. The study historically reconstructs this subordination, from the influence of the United States in the 1964 dictatorship to the 2016 impeachment and the Lava Jato operation, with impacts on Petrobras. Cases such as the Vale disasters (Mariana and Brumadinho), Lojas Americanas, and Eletrobras illustrate how the logic of dividend maximization intensifies exploitation, inequality, and the loss of sovereignty. The methodology employed is qualitative and

exploratory, based on bibliographic review, documentary analysis, and examination of audiovisual materials. The results indicate that Brazil is experiencing a “modernization of dependence,” characterized by financial flows, indebtedness, and institutional capture rather than military occupation. The analysis highlights the need for stronger financial system regulation and the reconstruction of state capacity to address structural inequalities.

Keywords: Financialization, Dependency Theory, Evangelical Caucus, Superexploitation, State Capture

Introdução

As reconfigurações do Estado brasileiro contemporâneo refletem profundas transformações no equilíbrio entre o poder político e o econômico. Nos últimos anos, a crescente influência de corporações transnacionais, fundos de investimento globais — com destaque para a BlackRock — e elites religiosas neopentecostais e pentecostais (Teologia da prosperidade e do Domínio), tem reconfigurado o modo como o poder é exercido e distribuído no país. Essas forças, articuladas a atores políticos estratégicos, consolidam uma forma de dominação que transcende fronteiras nacionais e redefine as relações entre Estado, mercado e sociedade. Essa dinâmica insere o Brasil em um contexto de dependência estrutural renovada, marcada pela captura regulatória e pela subordinação das políticas públicas aos interesses do capital financeiro global.

Historicamente, o poder político e econômico no Brasil esteve condicionado a relações externas de dependência. Desde o domínio colonial português até a hegemonia britânica no século XIX e a influência e interferência estadunidense ao longo do século XX, o país tem experimentado formas de subordinação que se reconfiguram conforme os centros de poder global se deslocam. No século XXI, esse processo assume novas características com a centralidade das corporações financeiras transnacionais e dos fundos de investimento, que passam a exercer influência direta sobre decisões políticas e econômicas nacionais. Essa convergência entre elites políticas, econômicas e religiosas forma redes de poder capazes de capturar instituições estatais e comprometer a soberania democrática.

O presente ensaio parte da hipótese de que a financeirização da economia global, liderada por gestoras de ativos como a BlackRock, em articulação com elites neopentecostais e pentecostais de setores do establishment (grupo dominante) político

brasileiro, estrutura um regime de “impunidade financeirizada”. Nesse regime, sanções legais e regulatórias tornam-se custos operacionais absorvíveis, o que neutraliza a função dissuasória das punições e compromete a atuação do Estado como agente regulador. Ao transformar multas, danos ambientais e violações trabalhistas em meros componentes contábeis, o sistema econômico contemporâneo reforça práticas de superexploração do trabalho e de degradação ambiental, gerando impactos sociais e ecológicos profundos.

Assim, busca-se compreender como essas forças, em conluio com elites políticas e religiosas nacionais, estruturam redes de poder que perpetuam a dependência, a desigualdade e a subordinação do Estado aos interesses do capital internacional. De forma articulada, os objetivos específicos propõem mapear um recorte desta sucessão histórica dessas relações de dominação, analisar a presença de grandes fundos globais em setores estratégicos, examinar casos emblemáticos de impunidade corporativa — como Samarco, Vale e Lojas Americanas — e avaliar os impactos dessas dinâmicas sobre o trabalho, o meio ambiente e a democracia.

A relevância desta investigação reside em sua contribuição para o entendimento das novas formas de dependência que caracterizam o capitalismo contemporâneo. Compreender como o poder econômico global interfere na formulação de políticas nacionais é essencial para repensar os limites da soberania e da justiça social em países periféricos como o Brasil. Além disso, ao integrar a Teoria da Dependência (MARINI, 1973) com as análises sobre a financeirização do capital (DOWBOR, 2018), o estudo propõe uma leitura crítica capaz de indicar partes dos mecanismos invisíveis de dominação que sustentam a desigualdade e fragilizam as instituições democráticas.

Desse modo, esta pesquisa pretende oferecer um diagnóstico crítico e fundamentado sobre as conexões entre poder político, capital financeiro e estrutura social, apontando para a necessidade de fortalecer as instituições públicas, ampliar a transparência e construir estratégias de resistência à captura corporativa do Estado. Em última instância, trata-se de um esforço para compreender o Brasil não apenas como um espaço de reprodução da dependência, mas também como um território de disputa por autonomia, justiça e emancipação social.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e exame de

material audiovisual. O objetivo central foi compreender a Teoria Marxista da Dependência, conforme formulada por Ruy Mauro Marini, e avaliar sua pertinência para a interpretação do contexto socioeconômico contemporâneo brasileiro.

A investigação foi desenvolvida no âmbito da disciplina de Sociologia do Brasil I e estruturou-se em etapas metodológicas complementares. Inicialmente, realizou-se levantamento sistemático de fontes teóricas primárias e secundárias, com destaque para a obra *A Era do Capital Improdutivo* e demais textos de Ladislau Dowbor, disponíveis em seu portal institucional (dowbor.org), além de capítulos selecionados de *O Capital Improdutivo*, especialmente aqueles que discutem a captura do poder político pelo capital financeiro, a apropriação do excedente social e o diálogo com as contribuições de Thomas Piketty.

Incluiu-se ainda a obra *O Golpe de 2016 e a Corrosão da Democracia no Brasil*, organizada por Mara Regina do Nascimento, Idalice Ribeiro Silva Lima e Gilberto Cêzar de Noronha, a qual contribuiu para a compreensão das dimensões políticas e institucionais do processo de ruptura democrática no Brasil recente.

No plano empírico-documental, foram analisados dados oficiais disponibilizados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, com ênfase em informações relativas à atuação da bancada evangélica e aos impactos no orçamento nacional. Realizaram-se ainda buscas em sites, notícias e bases digitais, utilizando descritores como “financeirização”, “dependência”, “dívida pública”, “Brumadinho”, “Mariana”, “Barão de Mauá”, “bancada evangélica”, “Fraude Lojas Americanas”, “ditadura militar” e “golpe”, a fim de contextualizar historicamente e politicamente os fenômenos analisados.

A pesquisa incluiu também a análise de documentários que abordam as relações entre poder econômico e poder político, tais como *Dedo na Ferida* (2017), *The Family: Democracia Ameaçada* (2019) e *Apocalypse nos Trópicos*, dirigido por Petra Costa. Esses materiais contribuíram para ampliar a compreensão das conexões entre financeirização, captura institucional e reconfiguração das formas de dependência.

A análise dos dados adotou uma abordagem hermenêutica crítica, articulando os referenciais teóricos clássicos e contemporâneos à realidade brasileira atual. Foram examinados, por exemplo, o papel de gestoras globais como a BlackRock — maior administradora de ativos do mundo — e sua presença em grandes empresas nacionais,

evidenciando processos de financeirização e concentração de riqueza. Também foram considerados os mecanismos de acumulação e reinvestimento de grandes grupos econômicos nacionais, como os controladores das Lojas Americanas, entre eles Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira. Tais dinâmicas foram interpretadas à luz das transformações nas formas de exploração, da captura do excedente econômico e da intensificação das desigualdades sociais e ambientais, evidenciando um sistema estruturalmente marcado pela financeirização.

A triangulação entre fontes bibliográficas, documentos oficiais e produções audiovisuais possibilitou estabelecer conexões entre a perspectiva histórica da teoria da dependência e os desafios contemporâneos do desenvolvimento periférico no Brasil, assegurando coerência teórico-metodológica e rigor analítico na construção do argumento.

Por fim, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial, como o ChatGPT e o Qwen Chat, para apoio na correção gramatical do texto e na tradução do resumo do português para o inglês.

Contexto histórico

A história do Brasil desde o período do Império passando pela ditadura militar chegando aos dias atuais revela uma trajetória de pressões e interferências de potências estrangeiras, especialmente Estados Unidos e Inglaterra, para moldar o país de acordo com seus interesses econômicos e políticos. Ao longo dos séculos XIX e XX, a elite brasileira, com apoio dessas potências, trabalhou para conservar privilégios e resistir a reformas que poderiam consolidar uma economia autônoma e fortalecer a soberania nacional. A atuação de figuras como o Barão de Mauá e os eventos que culminaram no golpe de 1964, 2016 e a tentativa de golpe de 08 janeiro de 2023 ilustram como o desenvolvimento brasileiro foi, frequentemente, freado e redirecionado por interesses estrangeiros e de elites locais.

Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, simboliza o primeiro grande movimento industrial do Brasil. Sua trajetória revela as dificuldades enfrentadas por quem tentava estabelecer uma economia autossuficiente no país. Mauá buscou desenvolver a indústria brasileira, estabelecendo fundições, bancos e estaleiros, além de promover inovações em setores como transporte e navegação. Ele entendia a importância de uma economia independente da escravidão e da dependência de importações. No

entanto, sua visão progressista — que almejava um Brasil industrializado e livre da escravidão — entrava em choque direto com os interesses dos grandes latifundiários. Estes preferiam manter uma economia agrária, voltada para o mercado externo e dependente da mão de obra escrava. Esse conflito de interesses gerou uma série de sabotagens e obstáculos ao projeto de modernização. Um exemplo emblemático foi a Tarifa Silva Ferraz, que reduziu as tarifas de importação e favoreceu produtos estrangeiros em detrimento da nascente indústria nacional, deixando as empresas brasileiras vulneráveis à concorrência internacional.

As elites brasileiras, conservadoras e alinhadas com as potências estrangeiras, opuseram-se à expansão industrial, temendo que isso ameaçasse seus privilégios e sua hegemonia econômica. Dessa forma, as forças políticas e econômicas do Império, influenciadas pela elite e por potências como Inglaterra e Estados Unidos, trabalhavam para preservar uma economia dependente, impedindo avanços rumo à industrialização e ao trabalho assalariado.

Esse papel de interferência externa, já marcante naquele período, consolidou o Brasil como alvo constante de interesses estrangeiros — uma dinâmica que, em muitos aspectos, perdura até os dias atuais.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria, a influência dos Estados Unidos no Brasil se intensificou. Em um cenário de bipolaridade mundial, o Brasil ocupava uma posição estratégica devido a seu tamanho, localização e recursos naturais. Os EUA, então, passaram a monitorar o país de perto, temendo a expansão do comunismo na América Latina e buscando garantir a continuidade de uma política alinhada com seus interesses econômicos e de segurança.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, Washington implementou uma série de políticas para garantir que o Brasil seguisse suas orientações anticomunista e não buscasse uma “terceira via” independente, como sugeriam os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Por meio de financiamento militar, treinamento de forças locais e ações encobertas pela CIA, os EUA influenciaram diretamente o cenário político e econômico brasileiro. Políticas de restrição às remessas de lucros para o exterior e a aproximação com a União Soviética e China por parte do governo Goulart foram interpretadas como ameaças à hegemonia americana na região, desencadeando uma série de medidas que culminariam no golpe militar de 1964.

O golpe militar de 1964 não foi apenas um movimento interno de setores da elite e das forças armadas brasileiras, ele contou com apoio direto dos EUA. Sob o pretexto de impedir uma “ameaça comunista”, os americanos ofereceram apoio logístico, político e financeiro aos golpistas. Esse apoio incluiu o envio de armas, combustível e um porta-aviões que aguardava nas proximidades, caso o golpe enfrentasse resistência. Esse respaldo fez com que a elite e os setores conservadores da sociedade brasileira se sentissem encorajados a apoiar o regime militar; ele é instaurado após 1964 reforçou um modelo de desenvolvimento econômico dependente de investimentos estrangeiros e alinhado com os interesses dos EUA, marginalizando as forças progressistas e implementando uma política econômica que aumentou a desigualdade social. As reformas defendidas por João Goulart — em especial a reforma agrária e as demais reformas de base — foram inviabilizadas sob forte pressão externa, o que manteve a concentração de renda e o domínio estrangeiro sobre setores estratégicos da economia.

Contudo, essa não foi a única forma de interferência ou influência externa no Brasil durante o período. Padrões semelhantes de atuação geopolítica manifestaram-se décadas depois, quando o cenário que antecedeu o impeachment de 2016 foi marcado por uma sucessão de crises políticas, econômicas e institucionais intensificadas, novamente, pela intervenção de órgãos dos EUA.

O início dos protestos, embora genuinamente popular, serviu de alerta para órgãos internacionais como o FBI e a chamada Cooperação Internacional, união informal de policiais e procuradores de diversos países que, desde 2002, vinha articulando estratégias de combate ao crime organizado transnacional.

Segundo apuração do jornalista Jamil Chade, a maturidade da opinião pública brasileira revelada em 2013 foi vista como oportunidade estratégica para avanços de pautas anticorrupção compatíveis com os interesses geopolíticos dos EUA. Importante ressaltar que, embora não tenha havido articulação estrangeira inicial nas manifestações, a pluralidade de adesão e a incapacidade do governo Dilma Rousseff em decifrar o momento permitiu a abertura para manipulações posteriores, inclusive com envolvimento internacional.

Nesse contexto, amadureceram duas grandes operações anticorrupção mundiais: a Lava Jato, no Brasil, voltada ao desmantelamento de esquemas na Petrobras, e, paralelamente, a ofensiva do FBI contra estruturas de corrupção na FIFA e CBF. O texto

destaca a centralidade das redes de comunicação e da mídia — especialmente do grupo Globo —, que atuou tanto na cobertura quanto na legitimação de campanhas institucionais, como a derrubada da PEC 37, que restringiria os poderes investigativos do Ministério Público.

A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37) visava alterar o artigo 144 da Constituição Federal ao atribuir exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para investigar crimes, o que impediria o Ministério Público de conduzir investigações. A proposta, apresentada pelo deputado Lourival Mendes (PTB-MA), delegado da Polícia Civil do Maranhão, recebeu apoio de entidades policiais, mas foi criticada por procuradores e organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que temiam o aumento da impunidade. Contudo, o Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal posicionou-se contra a medida (CBN, 2013).

Outro elemento ilustrativo da interferência internacional foi o vazamento de documentos da Agência de Segurança Nacional (NSA) por Edward Snowden, evidenciando a espionagem prioritária sobre a Petrobras. Logo em seguida, a operação Lava Jato — liderada pelo juiz Sérgio Moro — nacionalizou suas investigações a partir de informações nunca devidamente explicadas, levantando suspeitas sobre o fluxo privilegiado de dados entre o Ministério Público Federal e agentes da Cooperação Internacional.

Os chamados "dutos de informação" da Lava Jato facilitaram o intercâmbio direto com órgãos estrangeiros e colaboraram para o avanço de processos que afetaram profundamente o sistema político brasileiro. Em contraste, o caso da FIFA encontrou barreiras para encaminhamento de dados pelo ramo brasileiro, indicando diferenciação nos graus de colaboração.

Por fim, o texto ressalta que a estratégia midiática e de redes sociais observada em outros países do Oriente Médio também esteve presente no Brasil, com discurso centrado em corrupção e em suposta defesa da democracia. Essa convergência evidencia como interesses externos utilizaram a conjuntura brasileira para promover reorientações políticas, potencializadas pela articulação entre investigações judiciais, mídia e cooperação internacional conduzida, em boa parte, sob a tutela de interesses dos EUA.

Novos diálogos divulgados pela Agência Pública e pelo The Intercept Brasil revelam que, antes mesmo da deflagração da Operação Triplo X (em janeiro de 2016), que investigou, entre outros alvos, o tríplex atribuído ao ex-presidente Lula no Guarujá, agentes do FBI e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos já estavam em contato frequente com a Polícia Federal (PF) brasileira e os membros da força-tarefa da Lava Jato.

Segundo as mensagens, em dezembro de 2015, a PF procurou orientação da força-tarefa sobre o compartilhamento de provas com o FBI, mesmo sem autorização ou formalização por meio do acordo bilateral vigente (MLAT), que exige a chancela do Ministério da Justiça. Deltan Dallagnol, então coordenador da força-tarefa, deu sinal verde para a cooperação informal, o que especialistas e manuais legais qualificam como irregularidade. O FBI acompanhou em detalhes a preparação e execução da operação, inclusive indicando interesse em acessar bases de dados e informações de empresas sediadas nos EUA e Panamá.

Mensagens analisadas mostram que havia um canal direto com o FBI e que esse tipo de colaboração, fora a dos trâmites oficiais e do controle do Ministério da Justiça, se tornou comum nos bastidores da Lava Jato. Somente mais tarde, já em 2018, houve pedido formal de cooperação internacional.

Especialistas apontam que essa conduta viola tratados e normas constitucionais, favorecendo "lavagem de provas" e ampliando a influência e o alcance do sistema de justiça criminal dos EUA no Brasil, por motivações tanto geopolíticas quanto comerciais. Para advogados de defesa de Lula, o caso exemplifica o uso irregular de cooperação transnacional para fins investigativos e políticos, afetando inclusive a cadeia de custódia de provas.

A revelação dessa colaboração informal – mantida à margem da legislação prevista – enfatiza o grau de interferência internacional, especialmente dos EUA, nos processos judiciais de grande impacto político no Brasil, como no caso do tríplex do Guarujá e na própria Operação Lava Jato.

A atuação do FBI e de outros órgãos norte-americanos na Lava Jato trouxe benefícios notórios para os Estados Unidos e empresas estrangeiras. Além do fortalecimento da cooperação policial internacional — com agentes do FBI atuando diretamente no Brasil e promovendo eventos e treinamentos para públicos empresariais

— dois grandes acordos bilionários decorrentes da operação foram celebrados com a Odebrecht e a Petrobras, as principais derrotadas financeiras do processo.

A aplicação da lei Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) permitiu ao Departamento de Justiça dos EUA cobrar multas multimilionárias dessas empresas brasileiras, com parcelas significativas repassadas diretamente ao governo americano. Em 2016, a Odebrecht pagou US\$ 93 milhões aos EUA e, em 2018, a Petrobras estabeleceu um recorde mundial ao pagar US\$ 1,78 bilhão em multas, parte significativa aos americanos.

Empresas multinacionais e consultorias do setor de compliance também lucraram, oferecendo treinamentos, serviços e produtos a corporações brasileiras para se adaptar às novas exigências do ambiente anticorrupção. Ex-agentes do FBI e do Departamento de Justiça passaram a atuar como palestrantes, consultores e executivos privados, promovendo a agenda anticorrupção em eventos empresariais financiados por grandes corporações globais.

Os EUA também ampliaram seu acesso ao mercado brasileiro: após a Lava Jato, empresas nacionais da construção civil foram enfraquecidas, abrindo espaço para multinacionais estrangeiras atuarem em setores estratégicos, como petróleo (pré-sal) e infraestrutura. A desestruturação de capitais nacionais facilitou negócios como a compra da Embraer pela Boeing, e os acordos de uso tecnológico e militar da base de Alcântara.

Assim, os principais beneficiários diretos após a Lava Jato foram o governo dos EUA — que arrecadou multas recordes e ampliou sua influência jurídica e comercial —, grandes empresas multinacionais, consultorias privadas e agentes estrangeiros, que, já desvinculados do FBI, lucram com o mercado de palestras, treinamentos e comércio especializado na nova cultura global do compliance.

Com a saída do governo progressista, as pautas que beneficiam as elites (empresariado) são colocadas.

Noronha, Silva e Nascimento (2020) argumentam que o golpe de 2016 foi articulado por uma coalizão de forças conservadoras — entre elas a Fiesp, a Rede Globo, setores do Judiciário, da Polícia Federal e da direita tradicional —, com o Congresso Nacional atuando como pilar central desse processo ao priorizar as demandas do mercado financeiro, das grandes corporações, do agronegócio e dos grupos religiosos em

detrimento das reivindicações populares. Nesse contexto, destacam os autores, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou por duas décadas os gastos públicos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, reorientando o Estado brasileiro para a garantia da rentabilidade do capital. Essa reconfiguração foi acompanhada por uma política de subordinação crescente ao capital financeiro, evidenciada pelo aumento dos gastos com juros da dívida pública e pelos lucros recordes dos grandes bancos, ao mesmo tempo em que avançavam medidas como a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista, que precarizaram as relações de trabalho e intensificaram a exploração da força de trabalho no país.

Ademais, intensificou-se a política de subordinação do Estado ao capital financeiro, expressa no elevado volume de recursos destinados ao pagamento de juros e encargos da dívida pública — quer pelas altas taxas de juros vigentes, quer pelo montante crescente da dívida. Noronha, Silva e Nascimento (2020) destacam que, 2016 e 2017, os gastos do Estado com juros saltaram de R\$ 113,1 bilhões para R\$ 124,1 bilhões¹. Nesse mesmo período, o lucro líquido das quatro maiores instituições bancárias operantes no Brasil — Itaú /Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil — atingiu cerca de R\$ 42 bilhões nos três primeiros trimestres de 2017, valor superior ao obtido em todo o ano de 2016 (aproximadamente R\$ 39 bilhões no primeiro trimestre daquele ano que representa um aumento de mais de **7,7%** em menos de um ano. Esses dados, segundo os autores, evidenciam claramente que os principais beneficiários da política de austeridade fiscal foram os setores financeiros, em detrimento dos investimentos sociais.

Outras medidas emblemáticas do período incluem a Lei nº 13.429/2017, que instituiu a terceirização irrestrita, e a Lei nº 13.467/2017, que promoveu ampla reforma na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ambas as legislações atentaram diretamente contra os direitos dos trabalhadores, estabelecendo um novo padrão de exploração do trabalho no país. Essas reformas intensificaram a extração de mais-valia e reforçaram a condição de dependência e subalterna da economia brasileira no cenário internacional.

A influência do grupo fundamentalista “A Família” na política brasileira durante a ditadura militar (1964–1985) / dias atuais.

A série documental *The Family – Democracia Ameaçada*, lançada pela Netflix, trouxe à tona a atuação de um grupo religioso conservador e discreto conhecido como “A

Família” (ou *The Fellowship*), cuja influência na política externa dos Estados Unidos teria se estendido ao Brasil durante a ditadura militar. Formada majoritariamente por fundamentalistas cristãos protestantes, a organização operava de forma opaca, evitando identificar-se publicamente como entidade religiosa e preferindo autodenominar-se como composta por “*believers*” (crentes), segundo o pesquisador norte-americano Jeff Sharlet, autor do livro *The Family: The Secret Fundamentalism at the Heart of American Power* (2008), que inspirou a série.

Em entrevista ao blog *Brasilianismo*, em 2008, Sharlet destacou que “A Família” via os militares brasileiros como “pessoas-chave” em sua suposta luta contra o “comunismo ateu”. Por sua vez, os militares enxergavam no grupo uma ponte estratégica para acessar o poder político e econômico dos EUA. Documentos analisados por Sharlet indicam que, durante os governos dos generais Costa e Silva e Médici (1967–1974), a organização atuou como intermediária em acordos de cooperação e financiamento entre Washington e a ditadura brasileira, encontrando no regime autoritário e anticomunista uma afinidade com seus ideais políticos e religiosos.

Entre suas ações no Brasil, registra-se a criação de uma sala permanente na Câmara dos Deputados destinada a encontros de parlamentares alinhados ao grupo. Líderes da organização chegaram a afirmar que o Brasil se tornaria a base operacional de “A Família” em toda a América Latina.

Embora suas atividades fossem disfarçadas como cooperação cultural — como o envio de missionários norte-americanos ao Congresso brasileiro sob o pretexto de ensinar inglês —, seu propósito real era a evangelização de parlamentares e a promoção de “cafês da manhã de oração nacional”, eventos que funcionavam como espaços de articulação política entre elites brasileiras e norte-americanas ao longo de todo o regime militar.

Essa ofensiva religiosa integrava uma estratégia geopolítica mais ampla, articulada por setores do governo dos EUA — incluindo Henry Kissinger, então secretário de Estado —, preocupados com a influência da Teologia da Libertação na Igreja Católica latino-americana, vista como ameaça aos interesses econômicos e ideológicos estadunidenses. Nesse contexto a religião vai como ferramenta de controle para ocultar os mecanismos reais da exploração (como a elevação da jornada de trabalho, o aumento

da produtividade e a redução do capital variável), mantendo assim o *status quo* da elite brasileira e das grandes corporações.

Um marco simbólico dessa aliança foi a visita do evangelista Billy Graham ao Brasil em 1974. Seus cultos no Estádio do Maracanã foram amplamente televisionados pelo regime militar, que os utilizou como instrumento de propaganda, demonstrando apoio explícito à agenda religiosa conservadora.

Embora inicialmente descartadas como "teorias da conspiração", essas alegações foram corroboradas por investigações jornalísticas, como as apresentadas no documentário *Apocalypse nos Trópicos*, dirigido por Petra Costa. O filme revela, com base em documentos e depoimentos — incluindo o trabalho do pesquisador Nicolás Iglesias —, que "A Família" enviou missionários ao Congresso Nacional desde os anos 1960 até 1985. O objetivo era explícito: converter parlamentares ao evangelicalismo conservador e alinhá-los à política externa dos EUA, paralelamente à implementação de um programa sistemático de envio de milhares de missionários ao país em uma operação de longo prazo.

Apesar da relevância dessas descobertas, o Brasil ainda carece de investigações profundas sobre as ações da CIA e de grupos como "A Família" durante a ditadura, em contraste com outros países da América Latina, onde arquivos desclassificados já permitiram avanços significativos. Muitos documentos permanecem sob sigilo, o que, segundo Petra Costa, sugere que interesses ou operações ainda não totalmente revelados podem estar ativos. A cineasta ressalta que a plena compreensão dessa história dependerá do trabalho contínuo de pesquisadores e jornalistas brasileiros em busca de transparência.

Assim, *Apocalypse nos Trópicos* não apenas amplia a narrativa sobre a interferência externa na ditadura brasileira, mas também ilumina mecanismos sutis de *soft power* (poder suave) — a influência cultural que um Estado exerce sobre a comunidade internacional. As consequências dessa estratégia estendem-se até o presente, refletindo-se especialmente no cenário político-religioso contemporâneo do Brasil.

Para compreender a dimensão atual desse fenômeno, é necessário analisar a evolução histórica da entrada de religiosos na política. Embora a presença evangélica remonte à década de 1930, com a eleição do pastor metodista Guaracy Silveira para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 — reconhecido como o primeiro deputado evangélico do Brasil —, foi somente a partir da Constituinte de 1988 que os evangélicos

se organizaram efetivamente em um bloco político coeso. Esse movimento foi impulsionado pelo crescimento demográfico do grupo e pela consolidação institucional de suas igrejas (BARIFOUSE, 2021).

Vale notar que Silveira, contrariando a imagem frequentemente associada aos evangélicos contemporâneos, defendeu posições consideradas progressistas para a época, como o divórcio — quatro décadas antes de sua legalização no Brasil — e a proibição de aulas de religião nas escolas públicas. Isso demonstra que a relação entre fé e política não é monolítica nem imutável (BARIFOUSE, 2021).

Foi nas eleições de 1986, que escolheram os membros da Constituinte de 1988, que o termo "bancada evangélica" passou a ser utilizado pela imprensa para designar, de forma genérica, o conjunto de representantes evangélicos no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados (LOPES, 2017, p. 61). Naquele pleito, 32 deputados federais evangélicos foram eleitos, marcando o início de um processo de crescente influência política. Esse protagonismo intensificou-se nas décadas seguintes, favorecido pelo sistema eleitoral brasileiro — em especial o voto proporcional —, que permite que candidatos com forte base comunitária, como pastores e líderes religiosos, sejam eleitos mesmo sem amplo apoio nacional (NICOLAU, 2004, p. 37–61).

O avanço da representação evangélica no Legislativo acompanhou de perto seu crescimento populacional. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, já havia mais de 42,3 milhões de evangélicos no país. Posteriormente, pesquisa do Datafolha realizada em 2016 revelou que 29% dos brasileiros com 16 anos ou mais se identificavam como evangélicos, sendo 22% pentecostais e 7% não pentecostais (LAGO, 2018, p. 33). Esse aumento numérico traduziu-se em poder político, com a bancada evangélica atingindo a marca de 91 parlamentares eleitos — entre deputados federais e senadores — nas eleições de 2018.

Esse fenômeno levanta questões centrais sobre a interseção entre religião e política. Segundo Aline Coutrot (2003, p. 335–336), é fundamental investigar “como a filiação a uma Igreja modela as atitudes políticas dos cristãos” e “por quais vias as forças religiosas intervêm no domínio do político a ponto de constituir uma dimensão deste”. A autora ressalta que a identidade religiosa influencia diretamente o comportamento eleitoral e a atuação política dos indivíduos. No caso brasileiro, observa-se uma transformação significativa na agenda evangélica: se no início do século XX a luta central

era pela liberdade religiosa e pela separação entre Igreja e Estado, nas últimas décadas essa pauta cedeu espaço para uma atuação mais intervencionista, com o objetivo de impor valores morais e religiosos à sociedade como um todo.

Como aponta Villazón (2015, p. 163), a América Latina tem uma longa tradição evangélica, mas foi o “salto significativo” do pentecostalismo/neopentecostalismo nas últimas décadas que ampliou sua capacidade de influência na agenda pública. Essa influência se exerce tanto por meio de partidos explicitamente evangélicos quanto, mais comumente, por meio de movimentos e associações “pró-vida” e “pró-família”. Nesse novo contexto, evangélicos e católicos conservadores convergem em posições contrárias ao que denominam “agenda gay” e “ideologia de gênero”, formando alianças ideológicas contra o que percebem como ameaças à estrutura tradicional da família e aos valores morais (VILLAZÓN, 2015, p. 163).

Esse processo de politização intensificou-se a partir do que Paul Freston (1993, p. 180–221) chamou de “irrupção pentecostal” na política, ocorrida nas eleições de 1986. Desde então, lideranças evangélicas desenvolveram diversos projetos de poder que, com o tempo, se convergiram em apoios estratégicos a candidatos seculares. Um exemplo emblemático foi o apoio maciço da bancada evangélica à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018.

Nesse cenário, verifica-se uma instrumentalização mútua: por um lado, líderes religiosos — apóstolos, bispos, missionários e pastores pentecostais — tentam transformar seus rebanhos em “currais eleitorais”, seja para eleger representantes próprios, seja para apoiar candidatos em troca de promessas e benesses; por outro, políticos e partidos de todo o espectro ideológico buscam cada vez mais alianças com grupos religiosos para ampliar sua base de apoio eleitoral (FRESTON, 1993).

Assim, o voto cristão evangélico deixou de ser apenas uma expressão de fé para tornar-se um recurso estratégico no jogo político brasileiro. Essa dinâmica, embora legítima em uma democracia pluralista, exige reflexão crítica sobre os limites entre a esfera religiosa e a gestão do bem comum, especialmente quando pautas particulares são impostas como normas universais, em detrimento da laicidade do Estado e dos direitos das minorias.

A ocupação estratégica de cadeiras no Legislativo não parece visar, na prática, o fortalecimento de políticas públicas essenciais como saúde, educação e segurança —

áreas críticas em um país marcado por desigualdades estruturais e subdesenvolvimento social. Pelo contrário, a atuação de muitos parlamentares evangélicos tem se concentrado na promoção de projetos que garantem isenções fiscais, autonomia patrimonial para instituições religiosas e a preservação de um modelo de negócios que transforma a fé em mercadoria.

Nesse contexto, a bancada evangélica opera menos como representante de um “povo explorado” e mais como uma espécie de lobby institucionalizado, cujo foco é manter privilégios, blindar seus líderes de responsabilizações legais e assegurar a continuidade de sua influência política e econômica. Assim, o que se apresenta como “missão espiritual” ou “defesa de valores morais” muitas vezes serve de fachada para a manutenção de status, poder e benefícios materiais — revelando uma desconexão profunda entre o discurso de representação popular e as ações concretas no parlamento.

Composição da Bancada Evangélica na Câmara e no Senado nas eleições 2022

Dá-se destaque, especialmente, à fragmentação do campo evangélico brasileiro, com ênfase nas congregações de maior representatividade: a Assembleia de Deus, as Igrejas Batistas (de vertente pentecostal) e a Igreja Universal do Reino de Deus (de vertente neopentecostal).

Os dados apresentados na Tabela 1 e no Gráfico 1, referentes à composição da Bancada Evangélica por denominação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foram elaborados a partir de levantamento disponível no site da Mar Asset Management, bem como em informações oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, referentes à Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, coordenada pelo deputado Gilberto Nascimento, eleito em 25 de fevereiro de 2025.

Gráfico 1: Composição da Bancada Evangélica por Denominação

Composição da Bancada Evangélica por Denominação

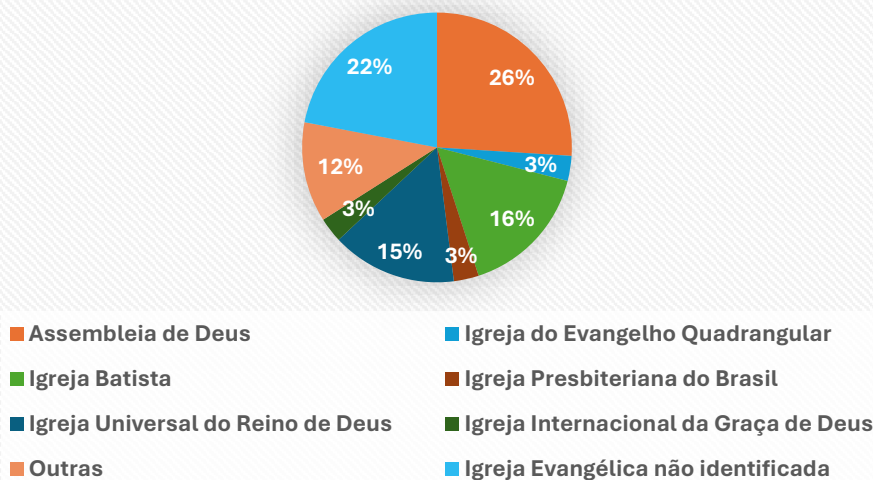


Tabela1: Composição dos Líderes

Fonte	Nome	Função	Partido/Estado
	Gilberto Nascimento	Presidente	PSD-SP
https://avante70.org.br/noticias/deputada-federal-greyce-elias-e-eleita-vice-presidente-da-frente-parlamentar-evangelica-fpe-para-o-mandato-de-2025-confira-mais-detalhes/	EliasAvante	Vice-Presidente	Avante-MG
https://www.camara.leg.br/deputados/204364	EliBorges	Tesoureiro	Avante-MG
https://www.camara.leg.br/deputados/204364?ano=2025	FilipeMartins	Secretário	PL-TO
https://www.camara.leg.br/deputados/74356	SilasCâmara	1º Suplente	Republicanos-AM
https://www.camara.leg.br/deputados/178947	SóstenesCavalcante	2º Suplete	PL-RJ
Diretoria Executiva (Biênio 2025-2027)			

Senado	Carlos Viana	Presidente	PODEMOS/MG
	Dameres Alves	VICE-PRESIDENTE	REPUBLICANO S/DF
	Zequinha Marinho	Tesoureiro	PODEMOS/PA
	Alan Rick	Secretário	REPUBLICANO S/AC
	Laércio Oliveira	1º Suplente	PP/SE
	Vanderlân Cardoso	1º Suplente	PSD/GO
Fonte: https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2583/composicao/composicao-com-liderancas . Acesso em 15/01/2026			

Fonte: Congresso Nacional, Mar Asset Management

Construção da tabela: Carla Guimarães Silva Santos

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos partidos políticos e a quantidade de deputados eleitos por estado nas eleições de 2022. O levantamento de dados foi realizado com base nas informações disponíveis no portal Radar Congresso em Foco e no sítio eletrônico oficial da Câmara dos Deputados, que consolidam os resultados eleitorais por unidade da federação e legenda partidária.

Tabela 2: Distribuição por Partido e Estado

Partido	Quantidade	Estado
AVANTE	4	3 MG e 1 BA
MDB	11	1 AP, 1 TO, 1 MA, 2 RR, 1 RO, 1 MG, 2 PA, 1 RJ, 1 DF.
Novo	4	2 SP, 1 RJ, 1 RS
PDT	4	2 RS, 1 GO, 1 MA

PL	72	2 AL, 4 AM, 2 BA, 3 CE, 1 DF, 1 ES, 3 GO, 3 MA, 9 MG, 2 MS, 2 MT, 3 PA, 1 PB, 3 PE, 1 PR, 7 RJ, 1 RN, 1 RO, 6 RS, 5 SC, 1 SE, 12 SP, 2 TO, 1 DF
PODEMOS	3	1 GO, 1 PB, 1 MG
PP	13	1 AL, 2 ES, 1 MS, 1 PE, 1 PR, 1 RJ, 1 RN, 1 RO, 1 RS, 1 SP, 1 TO
PRD	2	1 MG, 1 GO
PSB	3	1 BA, 1 ES, 1 GO
PSD	18	2 AM, 1 BA, 1 CE, 2 GO, 2 MA, 2 MG, 1 PA, 2 PR, 2 RJ, 2 SC, 3 SP.
PSDB	1	1 SC
PT	15	1 GO, 1 MA, 2 MG, 1 PE, 1 PI, 1 RJ, 2 RS, 1 SC, 1 SE, 4 SP
REPUBLICANOS	41	1 AC, 2 AM, 3 BA, 2 DF, 2 ES, 1 GO, 1 MA, 4 MG, 2 PB, 1 PE, 1 PI, 2 PR, 3 RJ, 1 RO, 4 RR, 2 RS, 1 SC, 1 SE, 5 SP, 2 TO
Solidariedade	1	1 RJ
UNIÃO	23	2 AC, 1 AM, 1 BA, 2 CE, 1 GO, 1 MT, 2 PR, 3 RJ, 2 RO, 1 RR, 1 SE, 4 SP, 1 TO, PA
Fonte	https://radar.congressoemfoco.com.br/bancadas/bancada-evangelica	

Construção da tabela: Carla Guimarães Silva Santos

A Tabela 3 apresenta a composição da Bancada Evangélica no Senado Federal, integrada à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) — mais conhecida como "Bancada Evangélica" em Brasília. Com 24 senadores filiados, trata-se de uma das bancadas mais alinhadas ideologicamente no Congresso Nacional, caracterizando-se por uma forte capacidade de articulação política e por exercer influência decisiva na aprovação de suas pautas prioritárias.

Tabela 3: Composição no Senado Federal

Partido	Quantidade	Estado
NOVO	1	1 CE
PL	6	1 AL, 1 ES, RJ, 1 RN, 1 RO, 1 SC

PODEMOS	5	2 MG, 2 PA, 1 ES
PP	2	2 SE
PSB	1	1 GO
PSD	3	2 GO, 1 MA
REPUBLICANOS	6	2 AC, 2 DF, 1 MG, 1 RR

Fonte: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2583/composicao/lista-de-membros>

Construção da tabela: Carla Guimarães Silva Santos

Ao identificar partidos, quantificar deputados e senadores eleitos e mapear as principais lideranças religiosas que ocupam cargos no Legislativo, torna-se possível perceber a formação de redes de poder capazes de capturar estruturas estatais e, em certa medida, comprometer os mecanismos de representação democrática. Essa articulação não ocorre de forma isolada: ela se conecta a um histórico mais amplo de interferências externas e de uso estratégico da religião como instrumento de *soft power*, conforme demonstrado nos episódios de 1964 até chegar à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018.

Segundo reportagem publicada pela editoria de economia do *ICL Notícias* em 18 de janeiro de 2024, a revogação da isenção tributária concedida pelo governo Bolsonaro a líderes religiosos evidencia, com base em dados concretos, como parcelas significativas do campo religioso atuam para proteger interesses institucionais e patrimoniais junto ao Estado, frequentemente em aliança com agentes políticos. O caso ilustra não apenas a permeabilidade de certas estruturas governamentais a demandas confessionais, mas também os mecanismos pelos quais benefícios fiscais são utilizados como moeda de troca em negociações que envolvem apoio eleitoral, influência legislativa e blindagem jurídica — reforçando a necessidade de maior transparência e controle social sobre as relações entre poder público e organizações religiosas.

Em 2022, às vésperas da eleição, o então secretário da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, editou um ato que, na prática, aliviava a cobrança de impostos e contribuições sobre remunerações de "ministros de confissão religiosa" — pastores e outros líderes. A interpretação dada permitia que boa parte dos pagamentos feitos a esses líderes não fosse tratada como salário normal, reduzindo a contribuição previdenciária. Ou seja, uma categoria já privilegiada teria aposentadorias financiadas em parte pelos demais trabalhadores, enquanto as igrejas, muitas delas grandes empresas da fé, pagariam menos ao INSS.

Essa "bondade fiscal" não surgiu do nada. Foi concedida em pleno ciclo eleitoral, por um governo que disputava o apoio das grandes igrejas e tinha na bancada evangélica um de seus pilares políticos. Ao mesmo tempo, dados públicos mostravam que entidades religiosas deviam R\$ 1,02 bilhão à União, sendo R\$ 951 milhões apenas à Previdência. Em vez de cobrar a dívida e reforçar o financiamento da segurança social, o governo atuou para ampliar privilégios tributários. Trata-se de um exemplo claro de captura do Estado por interesses religiosos organizados: grupos poderosos usam sua influência para moldar normas físicas em benefício próprio, drenando recursos que deveriam ir para políticas públicas universais.

Diante desse cenário, quando a Receita Federal — seguindo determinação do Tribunal de Contas da União — revogou o ato e corrigiu a interpretação jurídica que sustentava a isenção, a reação da bancada evangélica é imediata: fala-se em "perseguição" do governo Lula e tenta-se transformar uma questão técnica de justiça fiscal em guerra religiosa. Lideranças como Silas Câmara e Damares Alves dramatizam a decisão, sugerindo que retirar privilégios é atacar a fé.

Essa narrativa, contudo, encobre o ponto central do debate: não se está taxando a religião, mas sim interrompendo uma distorção que fazia com que presídios, escolas e hospitais públicos operassem com menos recursos, enquanto megaigrejas e seus dirigentes seguiam acumulando patrimônio com auxílio direto do Estado. Ao deslocar o foco da discussão técnica para o campo simbólico da "liberdade religiosa", busca-se blindar interesses econômicos e impedir o escrutínio democrático sobre o uso de benefícios fiscais concedidos a instituições que, em muitos casos, funcionam como verdadeiros conglomerados empresariais. Dessa forma, a defesa intransigente de privilégios tributários revela não um compromisso com a fé, mas com a manutenção de um modelo que prioriza o lucro institucional em detrimento do bem comum.

O episódio evidencia como parte das igrejas, em articulação com parlamentares da Frente Evangélica, age politicamente para "lapidar" o dinheiro público: empurra a conta previdenciária para a base da sociedade, pede perdão de dívidas bilionárias, busca isenções sob o argumento de liberdade religiosa e, quando esses privilégios são questionados, responde acusando "perseguição". Trata-se menos de defesa da fé e mais de uma disputa por controle de recursos e poder dentro da máquina estatal.

A articulação entre igrejas, bancadas religiosas e grandes corporações revela um mesmo padrão de captura do Estado e de pilhagem de recursos públicos. No caso das isenções tributárias a líderes religiosos, vê-se como parte das igrejas atua politicamente para transformar privilégios fiscais em "defesa da fé", deslocando para a base da sociedade o custo da Previdência e das políticas sociais.

Corporações

A concentração de riqueza e poder em torno de grandes corporações, especialmente em setores estratégicos da economia brasileira, como a mineração, aprofunda a desigualdade e fragiliza a soberania nacional. Segundo o diagnóstico de Ladislau Dowbor sobre o "capital improdutivo", fundos como a BlackRock, presentes no controle acionário de bancos e empresas estratégicas, estruturam um sistema intercorporativo global que extrai dividendos de áreas como mineração e energia, frequentemente às custas de desastres socioambientais e do enfraquecimento da regulação estatal.

Esses grupos compram ações e, com isso, capturam parte substancial da riqueza produzida. A disputa política passa, então, a ser a disputa sobre a distribuição dessa riqueza: quanto fica para trabalhadores, comunidades e o desenvolvimento do país, e quanto é destinado aos especuladores do mercado financeiro, cujo objetivo central é maximizar lucros. Trata-se de um sistema em que grandes grupos, como fundos da Faria Lima e corporações como a BlackRock — que administra um montante superior ao orçamento anual de muitos Estados nacionais — acumulam fortunas sem produzir bens ou gerar empregos em escala equivalente, expressando o processo de financeirização: um modelo que concentra renda, bloqueia o desenvolvimento e esvazia as funções produtivas do capitalismo.

A questão é que boa parte dos lucros dessas empresas é destinada prioritariamente ao pagamento de dividendos. Dividendos para quem? Para acionistas, muitas vezes estrangeiros. Quando se privatizam empresas estratégicas, como Eletrobras, Sabesp ou Vale, afirma-se estar "nacionalizando" a gestão via mercado de capitais, mas, na prática, abre-se espaço para que grupos internacionais adquiram ações e se apropriem de grande parte do lucro gerado a partir de recursos nacionais, como água, energia e minério, fincados no solo brasileiro. Esses gigantes corporativos moldam regras, pressionam por desregulação e operam em sistemas financeiros globais que promovem a

extração contínua de riqueza de países periféricos, sem compromisso real com o desenvolvimento local.

Discutir a desigualdade hoje exige compreender essas estruturas e construir caminhos alternativos, em que economia e política sejam orientadas ao bem-estar da maioria e não à manutenção dos privilégios de poucos. O caso da Samarco ilustra com nitidez essa lógica: a empresa tinha relatórios apontando problemas graves na barragem de rejeitos em Mariana; duas consultorias se recusaram a atestar a segurança, e uma terceira, provavelmente sob forte pressão econômica, acabou assinando, antecedendo um dos maiores desastres socioambientais do Brasil.

Dowbor destaca, ainda, a "diluição de responsabilidade" típica desse modelo. Os grandes acionistas da BHP Billiton ou de outras controladoras da Samarco estão em centros financeiros distantes, como Zurique ou Frankfurt, e raramente são responsabilizados pelos impactos gerados "no chão de fábrica". Entre o desastre que atinge comunidades e rios, e os investidores institucionais — bancos, fundos, seguradoras — abre-se um abismo: quem lucra está longe, protegido por estruturas jurídicas e intermediários financeiros, enquanto os custos sociais e ambientais recaem sobre populações locais e sobre o Estado.

Com base nas análises desenvolvidas por Ladislau Dowbor em seus artigos e livros — como *"A Captura do Poder pelo Sistema Corporativo"* (3 de junho de 2016), *"A Era do Capital Improdutivo"* (2017) e o artigo *"Eis a nova estrutura do poder global"* (publicado em 14/03/2025 às 20:25 e atualizado em 15/03/2025 às 08:36) observa-se a consolidação de uma nova e extremamente concentrada estrutura de poder global. Apoiando-se em estudos de instituições renomadas, como o Instituto Federal Suíço de Tecnologia (ETH Zurique), a Oxfam e o Crédit Suisse, Dowbor destaca um cenário alarmante: oito famílias detêm mais riqueza do que a metade da população mundial. —, observa-se uma estrutura global de poder extremamente concentrada. Essa arquitetura piramidal revela como um número reduzido de corporações e indivíduos exerce controle desproporcional sobre a economia mundial, sustentado por mecanismos financeiros, jurídicos e territoriais que operam além das fronteiras nacionais.

A Rede de Controle Corporativo Global é um estudo pioneiro do ETH Zurique mapeou a propriedade de 43.060 corporações transnacionais, identificando uma

concentração impressionante no topo da rede a qual 737 corporações controlam 80% do valor total das corporações transnacionais analisadas.

Dentro desse grupo, um núcleo ainda mais restrito — denominado "superentidade" — de 147 empresas detém 40% de toda a rede corporativa global, e dessas 147, 75% são instituições financeiras (bancos e fundos de investimento), elas se interconectam por meio de participações acionárias cruzadas, formando uma estrutura em "gravata borboleta" (*bow-tie*), que lhes confere influência desproporcional sobre a economia mundial com mínima transparência.

No artigo *Eis a nova estrutura do poder global*, Dowbor trás *Os Gigantes da Gestão Financeira* e os "Titãs", que acima das empresas produtivas, posicionam-se gestoras de ativos que direcionam o fluxo global de capital: as dez maiores gestoras de ativos — entre elas BlackRock, Vanguard, State Street e Fidelity — controlavam, em conjunto, cerca de US\$ 50 trilhões em 2023.

Apenas a BlackRock geria mais de US\$ 10 trilhões em 2024, valor superior ao orçamento federal dos Estados Unidos, em um estudo citado por Dowbor, ele identifica 117 indivíduos — os chamados "Titãs" — responsáveis pelas decisões estratégicas dessas dez empresas, concentrando o destino de dezenas de trilhões de dólares nas mãos de um grupo mínimo.

Complementarmente, 28 Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes (SIFIs) — como JPMorgan Chase, Goldman Sachs, HSBC e Deutsche Bank — somavam balanços superiores a US\$ 50 trilhões já em 2012.

A concentração extrema de riqueza pessoal, é a assimetria no controle corporativo reflete-se diretamente na distribuição da riqueza entre indivíduos, o 1% mais rico da população mundial detém mais riqueza do que os 99% restantes combinados.

Em 2017, segundo a Oxfam, apenas oito bilionários possuíam patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da humanidade — aproximadamente 3,6 bilhões de pessoas.

Cerca de 33 milhões de adultos (0,7% da população adulta global) concentram 45,6% da riqueza familiar mundial, correspondente a US\$ 116,6 trilhões.

Em 2024, a lista da Forbes registrou 2.781 bilionários com fortuna acumulada de US\$ 14 trilhões.

Segundo Dowbor esses bilionários são os "Proprietários Ausentes" e suas Consequências Socioambientais, ele introduz o conceito de "proprietários ausentes" para descrever grandes acionistas financeiros (como BlackRock, Vanguard, UBS e JP Morgan) que detêm poder decisório sobre empresas produtivas, mas estão física e socialmente distantes de suas operações. Caracterizam-se por:

- Localização: Suas sedes estão em centros financeiros globais, não nos locais de produção (como minas no Brasil ou fábricas na Ásia).
- Lógica de decisão: Priorizam a maximização de dividendos a curto prazo, em detrimento de riscos operacionais, segurança e sustentabilidade.
- Impactos reais: As tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) exemplificam essa lógica: a Vale e a Samarco conheciam os riscos estruturais das barragens, mas os acionistas optaram por elevar dividendos em vez de investir em segurança, resultando em rompimentos catastróficos, mortes e devastação ambiental.

Em seu artigo a Captura do poder pelo sistema corporativo de 3 de junho de 2016, ele traz a captura da área jurídica que forma uma arquitetura de impunidade, as corporações construíram mecanismos institucionais que as blindam da responsabilização legal:

- Tribunais paralelos: Mecanismos como o *Investor-State Dispute Settlement* (ISDS) e o ICSID permitem que empresas processem Estados soberanos por legislações ambientais ou sociais, invertendo a lógica jurídica tradicional — em vez de se adaptarem às leis locais, forçam governos a revogá-las ou pagarem indenizações bilionárias.
- Acordos judiciais (*settlements*): Quando flagradas em irregularidades, corporações negociam multas (geralmente inferiores aos lucros ilícitos) sem reconhecer culpa, evitando condenações criminais de executivos. O crime corporativo transforma-se assim em mero "custo operacional".
- Extraterritorialidade jurídica: Paraísos fiscais funcionam como zonas de vácuo legal, onde recursos são ocultados por meio de *shell companies*, impedindo rastreamento e responsabilização.

- Assimetria de poder: Departamentos jurídicos corporativos operam como "ministérios privados", capazes de litigar indefinidamente e sobrecarregar órgãos reguladores públicos, além de influenciar legislações por meio de *lobby* e financiamento político.
- Influência Legislativa: Além de atuar nos tribunais, as corporações capturam a produção das leis através de *lobbies* e financiamento de campanhas, reescrevendo as regras do jogo a seu favor antes mesmo de chegarem ao judiciário

Essa captura de poder e de riquezas traz um grande impacto para o Brasil: O país ocupa a quarta posição mundial em volume de recursos em paraísos fiscais, com estoque estimado em US\$ 520 bilhões (mais de R\$ 1,6 trilhão), equivalente a 28% do PIB nacional. Esses recursos, se recuperados e reinvestidos, teriam potencial transformador para saúde, educação e infraestrutura.

Os dados revelam uma arquitetura de poder global profundamente assimétrica: menos de 150 corporações — majoritariamente financeiras — controlam 40% da economia corporativa mundial, com decisões concentradas nas mãos de pouco mais de cem indivíduos. Essa estrutura é sustentada por mecanismos que operam além das fronteiras nacionais — tribunais privados, paraísos fiscais, acordos judiciais — criando uma esfera de impunidade onde o capital financeiro se desvincula das consequências sociais e ambientais de suas decisões. Enquanto a democracia permanece territorializada, o poder econômico globaliza-se em redes opacas, aprofundando desigualdades e minando a capacidade dos Estados de proteger seus cidadãos e recursos. A superação desse modelo exige regulação financeira global, transparência acionária e reforma dos instrumentos jurídicos que hoje blindam corporações da responsabilização, como tragédia de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais causa pelo rompimento dessas barragens

A trajetória da Vale S.A. constitui um caso emblemático da transformação de uma empresa estratégica de Estado em instrumento de concentração de riqueza global, ilustrando com precisão os mecanismos de poder corporativo anteriormente descritos. Conforme dados levantados pelo INVESTIDOR10 e pela WIKIPÉDIA, a companhia foi fundada em 1º de junho de 1942, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, sob a denominação Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Sua criação ocorreu no contexto da Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelo Acordo de Washington de 1940, que

garantiu financiamento e tecnologia norte-americanos e britânicos em troca do fornecimento de minério de ferro para o esforço bélico aliado.

Ao longo das décadas seguintes, a empresa estatal desenvolveu uma infraestrutura logística robusta — destacando-se a Estrada de Ferro Vitória a Minas e o Porto de Tubarão — e expandiu sua atuação para o Norte do país com o Projeto Grande Carajás na década de 1980, consolidando-se como pilar do desenvolvimento industrial brasileiro e detentora de reservas minerais de valor estratégico global.

Essa trajetória foi reconfigurada com a privatização ocorrida em 6 de maio de 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, inserida no programa de desestatização da época. O controle acionário foi alienado ao Consórcio Brasil — liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e fundos de pensão como a Previ — pelo valor de US\$ 3,3 bilhões, montante amplamente contestado por especialistas. Críticos destacam que a avaliação subestimou drasticamente o patrimônio da empresa ao considerar apenas o fluxo de caixa descontado, ignorando deliberadamente o valor potencial das gigantescas reservas de minério de ferro, que foram incorporadas à transação com "valor contábil zero". Ademais, o BNDES subsidiou parte significativa da aquisição, transferindo recursos públicos para viabilizar a compra por interesses privados. Sob gestão privada — renomeada simplesmente Vale S.A. em 2009 —, a empresa reorientou sua governança para a maximização de dividendos aos acionistas, priorizando eficiência operacional imediata e expansão internacional (como a aquisição da canadense Inco), enquanto reduzia investimentos em segurança e manutenção de longo prazo, alinhando-se à lógica dos "proprietários ausentes" que operam a distância das consequências locais de suas decisões

Reconfiguração da governança corporativa revelou-se trágica nas catástrofes de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ambas diretamente associadas à negligência sistemática com a segurança em favor da otimização financeira de curto prazo. O rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues (MG), em 5 de novembro de 2015, liberou 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos que devastaram o Rio Doce ao longo de mais de 500 quilômetros até o Oceano Atlântico, configurando-se como o maior desastre ambiental da história brasileira e deixando 19 mortos. A estrutura era operada pela Samarco, *joint venture* controlada pela Vale e pela mineradora anglo-australiana BHP Billiton. As consequências financeiras iniciais incluíram multa de R\$ 350,7 milhões aplicada pelo IBAMA e um primeiro acordo de reparação no valor de R\$ 37 bilhões;

contudo, em junho de 2024, uma nova proposta elevou o montante total para R\$ 140 bilhões — incluindo R\$ 82 bilhões em recursos novos e R\$ 21 bilhões em obrigações já assumidas —, evidenciando a subestimação inicial dos danos socioambientais irreversíveis.

Quatro anos depois, em 25 de janeiro de 2019, o rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), revelou ainda mais cruelmente a lógica de precarização da segurança. Um "tsunami" de 11,7 milhões de metros cúbicos de lama tóxica soterrou refeitórios e escritórios em questão de segundos, ceifando 270 vidas — incluindo desaparecidos identificados até 2022 — e configurando o maior acidente de trabalho em perda de vidas humanas da história brasileira. Diferentemente de Mariana, esta barragem era controlada diretamente pela Vale S.A., sem intermediários societários. Investigação posterior revelou que engenheiros da empresa alemã TÜV SÜD, responsável por atestar a estabilidade da estrutura, admitiram sob pressão ter assinado laudos técnicos sabendo de falhas críticas no sistema de drenagem. Mais significativamente, relatórios internos da própria Vale indicavam conhecimento prévio dos riscos, mas decisões gerenciais priorizaram a manutenção da produção e o pagamento de dividendos aos acionistas — entre eles BlackRock, Vanguard, Bradespar e fundos de pensão como a Previ — em detrimento de investimentos em segurança. As consequências econômicas foram imediatas: bloqueio judicial de R\$ 12,6 bilhões em ativos, perda de R\$ 71 bilhões em valor de mercado em um único dia e obrigações contínuas de pagamento de auxílios emergenciais às vítimas e seus dependentes.

Ambos os desastres compartilham causas estruturais profundas: a adoção generalizada do método de alteamento a montante — técnica mais barata, porém reconhecidamente instável —, a desvalorização do conhecimento técnico em favor da gestão financeira, e a pressão incessante dos grandes acionistas por distribuição de dividendos. Enquanto Mariana representou o ápice do desastre ambiental em escala territorial, Brumadinho simbolizou a tragédia humanitária extrema, com vidas tratadas como externalidades aceitáveis diante da maximização do retorno ao capital. A responsabilização, contudo, permanece fragmentada e diluída: executivos operacionais enfrentam processos judiciais, mas os verdadeiros detentores do poder decisório — os "Titãs" das gestoras de ativos e os conselhos de administração orientados por lógicas transnacionais — permanecem blindados por mecanismos jurídicos de impunidade e pela complexidade societária deliberadamente construída. A Vale, outrora instrumento de

soberania nacional e desenvolvimento regional, converteu-se em elo de uma cadeia global onde a riqueza gerada pelos recursos naturais brasileiros é drenada para o topo da pirâmide financeira, enquanto os custos humanos e ambientais são socializados nas comunidades locais — exemplificando, com brutal clareza, a desconexão fatal entre poder de decisão e responsabilidade socioambiental que caracteriza a arquitetura contemporânea do capitalismo corporativo global. (BBC News Brasil- Dowbor.org)

As tragédias de Mariana e Brumadinho evidenciam um desajuste sistêmico no modelo de gestão empresarial, no qual decisões orientadas pelo capital financeiro se sobrepõem aos critérios técnicos e à segurança coletiva (DOWBOR, 2019).

A Fraude das Lojas Americanas: Histórico, Mecanismos e Consequências

O levantamento intitulado Origens e Consolidação (1929–1980) foi elaborado a partir da coleta e análise de dados históricos e acontecimentos relevantes relacionados à trajetória da empresa. Para a reconstrução do histórico institucional, foram utilizadas fontes secundárias de caráter informativo e jornalístico, com destaque para o site Wikipédia e o blog *Origem das Marcas*.

No que se refere ao tratamento do tema da fraude, recorreram-se a reportagens publicadas pelo portal G1, bem como à matéria intitulada “Bancada Lemann: os políticos apoiados pelo 2º homem mais rico do Brasil”, veiculada pelo UOL Notícias em 22 de maio de 2019. As informações relativas à compra da Eletrobras foram obtidas a partir do site *auditorioibirapuera.com.br*, na seção “Quem adquiriu a Eletrobras”.

As Lojas Americanas foram fundadas em 3 de setembro de 1929, em Niterói (RJ), por quatro norte-americanos — John Lee, Glen Matson, James Marshall e Batson Borger — e um austríaco, Max Landesmann. Inspirados no modelo "Five and Ten Cents" dos Estados Unidos, adotaram o slogan "Nada além de 2 mil réis", oferecendo uma ampla variedade de produtos a preços acessíveis. O público-alvo inicial eram funcionários públicos e militares com renda estável, mas modesta, segmento negligenciado pelo varejo tradicional da época. Em seu primeiro ano, já contavam com quatro lojas. Em 1940, tornaram-se sociedade anônima (S.A.), consolidando-se como uma das principais redes de varejo do Brasil.

Em 1982, o controle acionário passou para os sócios do Banco Garantia — Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira — que imprimiram nova cultura

de gestão à empresa. Sicupira buscou inspiração em Sam Walton, fundador do Walmart, para implementar eficiência operacional e preços competitivos. Em 1994, firmou-se uma *joint venture* com o Walmart, desfeita três anos depois para que a Americanas retomasse seu foco no modelo de lojas de descontos. Durante o período de hiperinflação, a empresa adotou estratégias financeiras agressivas: vendia produtos por vezes abaixo do custo para gerar caixa rapidamente, aplicava os recursos no mercado financeiro (overnight) e pagava fornecedores com prazos alongados (60 a 90 dias).

Pioneira no comércio eletrônico brasileiro, a empresa lançou a Americanas.com em 1999 e adquiriu o Shoptime em 2005. Em 2006, fundiu suas operações digitais com o Submarino, criando a B2W Digital, que se tornou líder em e-commerce na América Latina. Ao longo dos anos 2000 e 2010, diversificou seus negócios com a aquisição da Blockbuster Brasil (2007), a criação da fintech Ame Digital (2018) e compras de marcas como Puket, Imaginarium e Hortifruti Natural da Terra. Em 2021, ocorreu a fusão entre as operações físicas (Lojas Americanas) e digitais (B2W), formando a Americanas S.A. (AMER3). Nesse momento, Lemann, Sicupira e Telles deixaram o controle direto da gestão, passando a atuar como "acionistas de referência".

Em 11 de janeiro de 2023, o recém-empossado CEO Sergio Rial anunciou a existência de "inconsistências contábeis" de aproximadamente R\$ 43 bilhões, resultando na renúncia imediata dele e do CFO André Covre. Investigação posterior revelou que a fraude foi orquestrada pela diretoria anterior, liderada pelo ex-CEO Miguel Gutierrez.

"Risco Sacado": A empresa contraía empréstimos bancários para antecipar pagamentos a fornecedores, mas não registrava essas operações como dívida no balanço patrimonial. Em vez disso, subtraía os valores diretamente da conta de fornecedores, ocultando passivos reais e inflando artificialmente o caixa e o lucro.

Verbas de Propaganda Cooperada (VPC): Foram lançados nos balanços valores fictícios ou superestimados referentes a incentivos comerciais que nunca existiram, com o objetivo de inflar receitas e simular rentabilidade.

O esquema permitiu que executivos recebessem bônus milionários e vendessem ações com valorização artificial. O rombo total identificado superou R\$ 50,87 bilhões.

Americanas S.A. entrou com pedido de recuperação judicial em janeiro de 2023 — a quarta maior da história do Brasil. As ações da empresa despencaram mais de 90%

e foram excluídas do Ibovespa. A Polícia Federal e investigações independentes apontaram indícios de fraude deliberada, com apurações contra ex-executivos por crimes como manipulação de mercado e lavagem de dinheiro. Em dezembro de 2023, foi aprovado o plano de recuperação, com capitalização pelos acionistas de referência, fechamento de unidades deficitárias e reestruturação das operações físicas e digitais. Em 2025, a empresa busca parcerias estratégicas para sua operação online, com negociações em andamento com Magazine Luiza e iFood.

O desmonte do estado privatizações, soberania e capacidade de investimento do Estado

Paralelamente a outros episódios de reconfiguração do capital nacional, a desestatização da Eletrobras, concluída em junho de 2022 durante o governo Jair Bolsonaro, constitui um marco central na transformação do papel do Estado na economia brasileira. Coordenada pelo BTG Pactual, a operação precificou as ações a R\$ 42,00 e gerou R\$ 25,3 bilhões diretamente ao caixa do governo federal, com movimentação total estimada em R\$ 67 bilhões ao longo dos anos.

Os principais beneficiários da privatização incluíram: fundos estrangeiros já presentes no capital da empresa, que ampliaram suas participações; investidores de varejo (pessoas físicas), que assumiram R\$ 9 bilhões — equivalente a 27% do total vendido —, muitos utilizando recursos do FGTS, cuja demanda superou o teto de R\$ 6 bilhões estabelecido pelo governo; e o Banco Clássico, de propriedade de José João Abdalla Filho, que figurou entre os grandes compradores.

É importante esclarecer que, embora algumas análises tenham mencionado o fundo 3G Capital — ligado a Jorge Paulo Lemann — como potencial beneficiário indireto, não houve participação formal do 3G Capital na aquisição de ações da Eletrobras. Lemann possui investimentos no setor elétrico por meio de outras estruturas societárias (como a Equatorial Energia), mas sua atuação não se deu diretamente nesta operação.

O resultado imediato foi a diluição da participação estatal: de cerca de 72,2% antes da venda para aproximadamente 40% nas ações com direito a voto, transformando a empresa em uma corporation sem controlador definido, mas com forte influência de acionistas privados e mecanismos de governança que limitam o poder de voto individual a 10%.

Reações Políticas e Cláusulas de Proteção

O governo Lula classificou a privatização como "crime de lesa-pátria" e manifestou interesse em retomar o controle acionário. Contudo, cláusulas contratuais estabelecem mecanismos de defesa (poison pill) que tornariam extremamente onerosa qualquer tentativa de recompra estatal, com custos estimados em mais de R\$ 100 bilhões. Parte dos recursos arrecadados foi destinada à revitalização de recursos hídricos, redução de custos de geração na Amazônia Legal e aportes na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Ademais, o governo federal mantém uma golden share na Eletrobras, ação especial que garante poder de veto sobre decisões estratégicas, além de três assentos no conselho administrativo (de um total de dez), desde que detenha mais de 30% das ações com direito a voto.

Conforme levantamento de Anne Silva publicado na Revista Fórum em setembro de 2025, o programa de desestatizações do governo Bolsonaro implicou não apenas a redução numérica de estatais, mas a perda de controle público sobre setores estratégicos. Entre 2019 e 2022, o número de empresas sob controle direto da União caiu de 209 para 133 — uma redução de 36% na participação federal, segundo dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

O Plano Nacional de Desestatização, anunciado em agosto de 2019, incluía nove empresas como alvos prioritários: Telebras, Correios, Codesp, Dataprev, Serpro, Emgea, Ceitec, Ceagesp e ABGF. Contudo, a maior parte não foi efetivamente privatizada devido a entraves jurídicos, falta de consenso interno e resistência política.

As desestatizações concretizadas ocorreram predominantemente por meio de concessões públicas, leilões e alienação de participações acionárias. Entre os ativos concedidos ou vendidos destacam-se: 34 aeroportos, 35 terminais portuários, seis ferrovias e cinco rodovias. Além disso, foram efetivadas privatizações parciais ou totais de empresas como Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa), Transportadora Associada de Gás (TAG), BR Distribuidora, Liquigás, Refinaria Landulpho Alves, Nova Transportadora do Sudeste e, de forma mais significativa, a Eletrobras.

Paralelamente, o governo promoveu a redução da carteira de investimentos do BNDES, cujos ativos caíram de R\$ 110 bilhões para R\$ 62 bilhões entre 2019 e 2022,

incluindo a venda integral da participação na Vale (3,57%) e alienações de ações do Banco do Brasil, Caixa Participações e BNDESPar. Essas medidas foram enquadradas como estratégia de "desinvestimento" alinhada a orientações neoliberais, com justificativa centrada na redução da dívida pública.

Três anos após a privatização, conforme análise do Estadão/E-Investidor (junho de 2025), as ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) subiram 7,33%, enquanto as preferenciais (ELET6) valorizaram 31,6%. No mesmo período, o Ibovespa avançou 36,44% e o Índice de Energia Elétrica (IEEX) da B3 acumulou ganhos de 28,05%, indicando desempenho relativo abaixo do mercado.

Segundo analistas, três fatores explicam esse desempenho e a antecipação de expectativas positivas nos anos anteriores à privatização, que "espremeu" parte do potencial de valorização; pressão nos preços da energia devido à alta dos reservatórios e crescimento da geração renovável, gerando sobreoferta; e o embate institucional com o governo federal entre 2023 e início de 2025, resolvido apenas em fevereiro de 2025 com a manutenção dos limites de voto e a definição da composição do conselho.

Apesar do desempenho moderado, as principais casas de análise mantêm recomendação de compra para os papéis, com preços-alvo médios de R\$ 52 (ELET3) e R\$ 56 (ELET6), representando potenciais de valorização de aproximadamente 25%. A empresa negocia com múltiplos considerados atrativos (P/VPA abaixo de 1x), e a resolução dos impasses governamentais abre espaço para melhorias operacionais e de governança.

Contudo, persistem dúvidas sobre a política de dividendos: enquanto alguns analistas projetam uma trajetória de "crescendos" (crescimento combinado com distribuição de proventos), outros consideram prematuro afirmar que a empresa consolidará um perfil robusto de geração de caixa no curto prazo.

Ambos os casos — a fraude das Lojas Americanas e a privatização da Eletrobras — ilustram dinâmicas contemporâneas da economia brasileira: a crescente influência de grandes grupos financeiros na reconfiguração do capital produtivo e os desafios de governança em operações de alto valor estratégico. Enquanto no primeiro caso a manipulação contábil evidenciou fragilidades na fiscalização corporativa, no segundo a desestatização de um setor estratégico reacendeu debates sobre soberania energética e distribuição de ganhos.

O papel de estruturas como o 3G Capital — que opera a partir de jurisdições como Luxemburgo — e a atuação de fundos internacionais reforçam a necessidade de mecanismos robustos de transparência, regulação e responsabilização, capazes de equilibrar a eficiência de mercado com a proteção do interesse público.

O balanço do programa de desestatização revela resultados parciais em termos de alcance, mas com impactos estruturais duradouros, especialmente nos setores de energia, logística e infraestrutura. Críticas acadêmicas e setoriais apontam riscos à soberania nacional e à regulação de monopólios naturais, como no caso da Eletrobras e da proposta (não concretizada) de desestatização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em última instância, a sociedade brasileira foi confrontada com questões centrais: quem controla os ativos estratégicos do país? Como são distribuídos os ganhos gerados? E quais salvaguardas existem para impedir abusos que comprometam o desenvolvimento econômico e social sustentável? A resposta a essas perguntas exigirá não apenas ajustes regulatórios pontuais, mas um debate democrático amplo sobre o modelo de desenvolvimento que se deseja para o Brasil.

As Evidências das Teorias

A teoria marxista da dependência, elaborada por Ruy Mauro Marini nas décadas de 1960 e 1970, revela-se hoje não como relíquia histórica, mas como lente analítica indispensável para decifrar as múltiplas formas contemporâneas de subordinação que estruturam a periferia latino-americana. Ao expor como o capitalismo periférico opera mediante a superexploração da força de trabalho e a transferência contínua de excedentes para os centros hegemônicos, Marini antecipou dinâmicas que hoje se manifestam em novas roupagens: a financeirização predatória, a captura institucional por elites religiosas e corporativas, e a diluição deliberada da responsabilidade socioambiental em cadeias globais de valor. O documentário *Dedo na Ferida* atualiza essa crítica ao demonstrar como o superendividamento público brasileiro — com parcelas crescentes do orçamento destinadas ao pagamento de juros — reproduz, com precisão matemática, o ciclo de dependência descrito por Marini: recursos que deveriam financiar políticas sociais são drenados para sustentar a acumulação nos centros financeiros globais.

Essa lógica de subordinação estrutural articula-se hoje com mecanismos de captura do Estado que extrapolam a esfera econômica tradicional. O episódio das isenções

tributárias concedidas a líderes religiosos em 2022 exemplifica como redes de poder híbridas — formadas por bancadas parlamentares, lideranças evangélicas e interesses corporativos — operam para privatizar recursos públicos. Ao aliviar contribuições previdenciárias de "ministros de confissão religiosa" enquanto entidades religiosas acumulavam dívidas bilionárias com a União, o governo Bolsonaro não apenas aprofundou a regressividade fiscal, mas evidenciou um padrão clássico da dependência: a subordinação do interesse coletivo a grupos privilegiados que, em aliança com setores do Estado, transformam políticas públicas em instrumentos de reprodução de privilégios. A reação dramática da Frente Evangélica à revogação desses benefícios — acusando "perseguição religiosa" quando na verdade se tratava de justiça fiscal — revela a sofisticação retórica com que essas redes operam: deslocam o debate da distribuição de recursos para o campo da identidade, obscurecendo a pilhagem material dos cofres públicos.

Paralelamente, a análise de Ladislau Dowbor sobre o "capital improdutivo" e a arquitetura global de poder corporativo atualiza a crítica Marini à luz da financeirização. A concentração extrema identificada pelo estudo do ETH Zurique — 147 corporações controlando 40% do valor das transnacionais globais, com 75% sendo instituições financeiras — materializa a "superentidade" que Marini pressentia como núcleo da dominação imperialista. Fundos como BlackRock e Vanguard, que administram volumes superiores aos orçamentos nacionais, operam como "proprietários ausentes" cuja lógica de maximização de dividendos a curto prazo gera externalidades catastróficas nas periferias. As tragédias de Mariana e Brumadinho não foram acidentes fortuitos, mas consequências previsíveis da privatização da Vale em 1997 — processo que transformou uma empresa estratégica de desenvolvimento nacional em elo de uma cadeia global de extração. Ao subestimar deliberadamente o valor das reservas minerais na venda e subsidiar a aquisição com recursos do BNDES, o Estado brasileiro facilitou a transferência de riqueza gerada por recursos naturais estratégicos para acionistas distantes, cuja única preocupação era elevar dividendos mesmo diante de relatórios técnicos que alertavam para riscos estruturais nas barragens. A diluição da responsabilidade — com executivos operacionais sendo processados enquanto os "Titãs" das gestoras de ativos permanecem blindados em Zurique ou Nova York — é a expressão contemporânea da impunidade que sustenta a dependência.

Esse padrão de captura estende-se ao setor varejista e à infraestrutura estratégica. A fraude das Lojas Americanas, com seu rombo de R\$ 50,87 bilhões ocultado mediante artifícios contábeis como o "risco sacado", revela como a pressão por valorização acionária — muitas vezes impulsionada por fundos globais — induz práticas predatórias que sacrificam a transparência e a estabilidade econômica. Da mesma forma, a privatização da Eletrobras em 2022, embora mascarada como "capitalização", transferiu controle acionário para fundos estrangeiros e investidores de varejo que utilizaram recursos do FGTS, submetendo um setor vital à lógica especulativa do mercado financeiro global. Em todos esses casos, observa-se o mesmo movimento descrito por Marini: a subordinação do desenvolvimento nacional aos interesses do capital concentrado, agora operando através de redes transnacionais que transcendem fronteiras nacionais.

A teoria da dependência, portanto, não apenas permanece atual, mas ganha novas dimensões analíticas quando aplicada a essas formas contemporâneas de dominação. A captura religiosa do Estado, a financeirização predatória e a privatização de ativos estratégicos não são fenômenos isolados, mas expressões articuladas de um mesmo sistema que mantém a periferia em condição de subordinação estrutural. Superar essa condição exige, como propunha Marini, romper com a lógica da acumulação dependente — mas hoje isso implica também desmontar as redes de poder híbridas que capturam instituições estatais, regular os fluxos financeiros globais, recuperar ativos desviados para paraísos fiscais (como os US\$ 520 bilhões brasileiros estimados) e reconstruir empresas estratégicas sob lógicas de soberania e responsabilidade socioambiental. A urgência dessa tarefa revela-se diariamente: enquanto megaigrejas negociam isenções fiscais, fundos internacionais extraem dividendos de minérios brasileiros e barragens rompem ceifando vidas, a teoria da dependência nos oferece não apenas diagnóstico, mas bússola para a construção de alternativas que coloquem a democracia, a justiça social e a soberania popular no centro do projeto de nação.

Dependência: uma estrutura social, econômica e política brasileira

A obra "Dialética da Dependência" de Ruy Mauro Marini, escrita em 1973, é uma análise marxista crítica do desenvolvimento da América Latina dentro do capitalismo global. O autor parte de uma crítica aos desvios teóricos que se verificam em análises marxistas sobre o tema. Ele identifica dois tipos principais de desvios: a formalização abstrata que se descola da realidade concreta e o ecletismo, que enfraquece o rigor

metodológico e conceitual marxista. Marini alerta que essas limitações surgem ao aplicar categorias de análise que não foram criadas para a realidade latino-americana, marcada por um desenvolvimento capitalista desigual e peculiar.

O autor argumenta que, ao invés de caracterizar a economia latino-americana como pré-capitalista, é mais adequado entendê-la como um "capitalismo dependente" com especificidades próprias, formado e mantido pela sua integração ao capitalismo internacional. Marini destaca o papel da América Latina, desde o período colonial, como fornecedora de matérias-primas e sua dependência dos países industriais, especialmente no que diz respeito ao comércio exterior e à dívida.

A América Latina foi integrada ao mercado mundial durante a expansão do capitalismo no século XVI, inicialmente como colônia produtora de metais preciosos e bens exóticos. Sua contribuição ao fluxo de mercadorias e meios de pagamento sustentou o desenvolvimento europeu, impulsionando a Revolução Industrial. Com a independência política no século XIX, a região passou a articular-se diretamente com a Inglaterra, consolidando-se como exportadora de bens primários e importadora de manufaturas, sob um regime de dependência econômica; essa relação de subordinação, estruturada pela divisão internacional do trabalho, garantiu o desenvolvimento dos países centrais às custas da exploração dos trabalhadores latino-americanos. O crescimento das economias europeias dependia dos produtos agrícolas e matérias-primas fornecidos pela América Latina, permitindo a especialização industrial e a elevação da produtividade. No entanto, o desenvolvimento regional permaneceu atrelado à exploração crescente de sua força de trabalho, refletindo uma contradição central na dependência: enquanto as economias industriais se transformavam qualitativamente, a América Latina seguia aprisionada em um ciclo de exploração e subdesenvolvimento

A obra "A Era do Capital Improdutivo", de Ladislau Dowbor

Publicada em 2017, a obra "A Era do Capital Improdutivo", do economista Ladislau Dowbor, constitui uma análise crítica profunda sobre as metamorfoses do capitalismo contemporâneo. Docente titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e consultor das Nações Unidas (ONU), Dowbor baseia sua argumentação em vasta experiência acadêmica e internacional, incluindo sua atuação como conselheiro técnico de organismos multilaterais e sua vivência em diversos países. O livro oferece chaves analíticas preciosas para decifrar a nova arquitetura do poder

mundial, alertando que os conceitos tradicionais da economia política se tornaram insuficientes para compreender — e superar — as armadilhas do sistema atual.

O eixo central da obra é o diagnóstico de que o mundo vive uma crise civilizatória, marcada pela transição de um capitalismo focado na produção de bens e serviços para um "capitalismo de rentistas" ou um "regime de acumulação sob dominância financeira". Dowbor argumenta que o lucro, hoje, é extraído da sociedade predominantemente por meio de mecanismos financeiros — como juros extorsivos, especulação com derivativos, endividamento das famílias e dos governos — sem a contrapartida de investimentos produtivos que gerem empregos e bem-estar.

Para ilustrar a dimensão desse "cassino financeiro global", o autor apresenta dados contundentes: apenas as transações financeiras com derivativos atingiram 710 trilhões de dólares em 2013, valor equivalente a 9,6 vezes o PIB mundial naquele ano. Essa dinâmica representa uma forma ampliada de extração do excedente, onde o sistema financeiro, que deveria intermediar investimentos, opera como mecanismo de drenagem de recursos da economia real, contribuindo diretamente para a estagnação econômica e o aumento da desigualdade.

Dowbor destaca a concentração extrema do poder corporativo. Baseando-se em pesquisas do Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETH), o autor demonstra que um pequeno núcleo de 147 grandes corporações — sendo 75% delas instituições financeiras — controla cerca de 40% de toda a rede corporativa mundial. No "núcleo do núcleo" deste sistema, estão 28 instituições financeiras sistemicamente importantes (SIFIs), cada uma com capital médio superior ao PIB do Brasil.

Essa arquitetura de poder permite que megacorporações atuem em escala global, enquanto os Estados-Nações permanecem limitados por fronteiras. Utilizando paraísos fiscais e acordos comerciais que criam tribunais paralelos (como o ISDS), essas corporações operam acima dos controles democráticos, consolidando um sistema onde o 1% mais rico detém mais riqueza que os 99% restantes. O resultado é o esvaziamento rápido da democracia: o poder mundial realmente existente está nas mãos de gigantes que ninguém elegeu e sobre os quais há cada vez menos controle.

"A Era do Capital Improdutivo" defende que superar a crise atual exige a democratização da própria economia. Isso inclui recuperar o controle público sobre os fluxos financeiros, garantir que o crédito atenda às necessidades produtivas e sociais e

restabelecer sistemas econômicos que priorizem o bem-estar humano em vez do lucro especulativo. A obra conclui que, embora o cenário ameace um futuro distópico, existem espaços para resistência e para a construção de um projeto pós-capitalista, desde que se abandonem as chaves analíticas do passado em favor de novas formas de organização social e econômica.

Considerações finais

A análise dos documentários *Apocalypse nos Trópicos*, de Petra Costa, e da série *The Family – Democracia Ameaçada*, produzida pela Netflix em parceria com o The Intercept, complementada por reportagens do ICL Notícias e UOL, reafirma com contundência a atualidade da teoria da dependência. Essas obras expõem como os mecanismos clássicos de superexploração e transferência de excedentes se atualizaram em formas híbridas de dominação: grandes corporações transnacionais, elites econômicas locais e segmentos religiosos organizados articulam-se para capturar não apenas o setor financeiro, mas também as instituições políticas e jurídicas brasileiras. Essa coalizão opera para direcionar recursos públicos ao pagamento de juros da dívida — cujo estoque cresce ano após ano — enquanto negocia isenções fiscais, perdão de dívidas bilionárias e desregulação ambiental, como demonstrado no caso das isenções concedidas a líderes religiosos em 2022.

Essa configuração de poder molda um ciclo de dependência profundamente estruturado: a riqueza gerada pelos recursos naturais e pela força de trabalho brasileira é drenada para os centros financeiros globais e para elites locais — inclusive religiosas —, enquanto os custos sociais, ambientais e fiscais são socializados nas camadas mais vulneráveis da população. A captura simultânea do poder econômico, político e simbólico pelo capital financeiro globalizado, pelas oligarquias nacionais e por segmentos religiosos instrumentalizados politicamente torna imperativa a retomada crítica da teoria da dependência. Não se trata de resgatar um arcabouço teórico fossilizado, mas de atualizá-lo para compreender como a subordinação periférica opera hoje por meio de redes transnacionais opacas, paraísos fiscais, tribunais paralelos e alianças entre megacorporações, bancadas parlamentares e lideranças religiosas.

A narrativa de Marini, aliada às evidências contemporâneas — dos rompimentos de Mariana e Brumadinho à fraude das Americanas, passando pela privatização da Eletrobras e pela captura fiscal-religiosa do Estado —, reforça a urgência de uma reestruturação

radical das políticas econômicas e sociais brasileiras. É necessário construir um projeto de soberania que rompa com a lógica da acumulação dependente: recuperar ativos desviados para paraísos fiscais, regular os fluxos financeiros globais, fortalecer a fiscalização de conglomerados corporativos e desmontar as redes de poder que transformam políticas públicas em instrumentos de pilhagem. Somente assim será possível superar as desigualdades estruturais impostas pelo capitalismo dependente e construir uma democracia efetivamente popular — capaz de subordinar a economia aos interesses da maioria, e não aos privilégios de poucos que, distantes dos impactos de suas decisões, continuam a explorar impunemente os recursos naturais, a força de trabalho e até mesmo a fé das populações periféricas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. A aliança da Lava Jato com a Transparência Internacional. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/09/a-alianca-da-lava-jato-com-a-transparencia-internacional/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. Como o Itamaraty instruiu embaixadores a defender o impeachment de Dilma Rousseff. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/como-o-itamaraty-instruiu-embaixadores-a-defender-impeachment-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. Mensagens indicam parceria com FBI na operação que mirou triplex do Guarujá. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/02/mensagens-indicam-parceria-com-fbi-na-operacao-que-mirou-triplex-do-guaruja/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. Quem são os agentes do FBI que atuaram na Lava Jato. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/quem-sao-os-agentes-do-fbi-que-atuaram-na-lava-jato/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Brumadinho: a tragédia que poderia ter sido evitada. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47073138>. Acesso em: 2 set. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Guaracy Silveira: quem foi o 1º deputado evangélico do Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59677785>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL DE FATO. Petra Costa lança novo documentário “Apocalipse nos Trópicos”. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/07/15/petra-costa-novo-documentario-apocalipse-tropicos/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CANAL CAFÉ COM SOCIOLOGIA. Como os EUA financiaram o golpe de 1964 no Brasil. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/eua-financiou-golpe-1964/>. Acesso em: 26 out. 2024.

CBN. Entenda o que é a PEC 37. Globo, 25 jun. 2013. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/editorias/politica/2013/06/25/ENTENDA-O-QUE-E-A-PEC-37.htm>. Acesso em: 12 nov. 2025.

CNN BRASIL. 2 anos de fraude na Americanas: relembre caso que marcou história corporativa do país. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/2-anos-de-fraude-na-americanas-relembre-caso-que-marcou-historia-corporativa-do-pais/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

CONAB. Política de garantia de preços mínimos. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/politica-de-garantia-de-precos-minimos>. Acesso em: 18 jan. 2026.

CONGRESSO EM FOCO. Bancada evangélica. Disponível em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/bancadas/bancada-evangelica>. Acesso em: 25 jan. 2026.

DOWBOR, Ladislau. A captura do poder pelo sistema corporativo. Disponível em: <https://dowbor.org>. Acesso em: 2 set. 2025.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DOWBOR, Ladislau. Entrevista: Vale – os verdadeiros culpados da tragédia. Disponível em: <https://dowbor.org/2019/03/entrevista-dowbor-vale-os-verdadeiros-culpados-da-tragedia-marcelo-menna-barreto-extraclasse-3p.html>. Acesso em: 2 set. 2025.

FAPESP. A ascensão e influência das igrejas neopentecostais no Brasil. Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/a-ascensao-e-influencia-das-igrejas-neopentecostais-no-brasil/225331>. Acesso em: 9 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Governo amplia isenção de impostos a pastores. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/governo-amplia-isencao-de-impostos-a-pastores-em-meio-a-campanha-que-mira-evangelicos.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.

G1. Americanas: entenda a fraude que levou à operação da PF. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Lava Jato: tudo começou em junho de 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/552419-lava-jato-tudo-comecou-em-junho-de-2013>. Acesso em: 9 nov. 2025.

IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Religião e política: a instrumentalização recíproca. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/?id=515175>. Acesso em: 9 nov. 2025.

INVESTIDOR10. Vale S.A.: história, privatização e mais da mineradora. Disponível em: <https://investidor10.com.br/conteudo/vale-s-a-historia-privatizacao-e-mais-da-mineradora-109071/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro (2018). *Encontro Internacional História & Parcerias*, v. 2, 2019.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R. Golpes de Estado e educação no Brasil: a perpetuação da farsa. 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 10. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. 1866. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

NORONHA, Gilberto César de; SILVA, Alice Ribeiro da; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). O golpe de 2016: a corrosão da democracia no Brasil. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

PODER360. 91,3% do capital da Vale é privado: saiba quem são os sócios. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/913-do-capital-da-vale-e-privado-saiba-quem-sao-os-socios/>. Acesso em: 17 set. 2025.

RECEITA anula isenção a líderes religiosos. *ICL Notícias*, [S.l.], 18 jan. 2024. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/economia/receita-anula-isencao-a-lideres-religiosos/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

REVISTA FÓRUM. O que Bolsonaro privatizou no Brasil em 4 anos. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/brasil/o-que-bolsonaro-privatizou-no-brasil-em-4-anos/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

UOL NOTÍCIAS. Dívidas de entidades de Malafaia aumentam 5 vezes e chegam a R\$ 29 milhões. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2026

SILVA, Marcos. Barão de Mauá e a industrialização no Brasil. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/barao-maua-industrializacao.htm>. Acesso em: 20 out. 2024.

WIKIPÉDIA. Igreja Universal do Reino de Deus. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Universal_do_Reino_de_Deus. Acesso em: 9 nov. 2025.

WIKIPÉDIA. Vale S.A. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_S.A. Acesso em: 8 fev. 2026.